

# Negociações com credores ainda dependem do aval do Fundo Monetário

por Maria Clara R.M. do Prado  
de Brasília

12 SET 1989  
Gazeta Mercantil

As negociações do governo brasileiro com o comitê assessor de bancos credores em torno de novos recursos que possibilitem cobrir o balanço de pagamentos deste ano estão em aberto, dependendo basicamente dos entendimentos que o País busca junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Até os próximos dias 21 e 22, quando o governo e credores privados pensam em sentar-se novamente à mesa de discussões em Nova York, o Brasil manterá sua determinação de não efetuar pagamentos de juros aos bancos. Pelo cronograma de desembolsos, o Brasil deveria pagar no dia 15 deste mês — com vencimento no dia 18 — a pesada quantia de US\$ 1,6 bilhão a US\$ 1,7 bilhão de juros aos bancos credores privados.

"Com relação aos juros em atraso e por vencer, queremos chegar a um entendimento com os bancos que permita fazer pagamentos sem afetar o nível adequado das reservas", disse ontem, claramente, o secretário para assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, ministro Sérgio Amaral, e negociador brasileiro da dívida externa junto aos bancos credores privados.

As conversas que Amaral e o diretor da Área Externa do Banco Central, Arnim Lore, tiveram na sexta-feira em Nova York com o comitê de bancos avançaram apenas em torno de uma formalidade jurídica que precisa ser contornada para que o Brasil não perca o direito que tem de receber a terceira parcela de "dinheiro novo" — negociada no acordo do ano passado, no valor de US\$ 600 milhões — e cujo prazo fatal de solicitação se expira no dia 30 deste mês.

A liberação desta terceira "tranche" está diretamente condicionada a um acordo com o FMI e, diante da indefinição presente, o Brasil buscou com os bancos uma forma de negociar a dilatação do prazo de solicitação dos US\$ 600 milhões, de modo a que seja estendido para janeiro. Isto não quer dizer, conforme ressaltou Amaral, que o País só poderá dispor daqueles recursos em janeiro nem que efetuará o pagamento dos juros até janeiro. Quer dizer, na verdade, que se procura uma forma de encaixar o prazo da liberação daquela parcela dos bancos ao ritmo das negociações que o assessor do ministro da Fazenda, Mikal Gartenkraut, desenvol-



Sérgio Amaral

ve no momento em Washington, com o FMI. "Há uma expectativa, tanto da nossa parte como dos bancos de que a questão com o FMI se defina nas próximas semanas", atestou o ministro Sérgio Amaral.

A próxima reunião com o comitê assessor da dívida externa, alinhavada para os próximos dias 21 e 22 deste mês — a data definitiva não está ainda marcada —, será realizada no entanto independente do encaminhamento das negociações com o FMI. É preciso, primeiro, garantir a prorrogação do prazo para a solicitação da terceira "tranche" dos bancos e isto já está sendo providenciado pelo comitê assessor da dívida externa junto ao conjunto de bancos, cerca de 300 signatários do projeto do "dinheiro novo".

Caso a resposta dos bancos não seja positiva à dilatação do prazo para a liberação da terceira parcela de "dinheiro novo", não restará ao Brasil outra alternativa do que pedir "waiver" — dispensa — pelo não-cumprimento da cláusula que amarra a disponibilidade do dinheiro a um acordo com o FMI, sob pena do País perder aqueles US\$ 600 milhões.

Um pedido de "waiver" não seria novidade: isto já foi feito entre março e abril deste ano, envolvendo a liberação da segunda parcela, também de US\$ 600 milhões, que ficou desamarrada de condicionamento tanto junto ao FMI como junto ao Banco Mundial.

Ocorre que não interessa exatamente ao País no momento pedir "waiver" para a terceira parcela, já que o gesto poderia dar margem aos bancos credores no sentido de exigir o pagamento dos juros em dia.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) reúne-se nesta quarta-feira (13), às 15 horas, atendendo à antecipação convocada pelo ministro da Fazenda e presidente do CMN, Mailson da Nóbrega.

(Radiobrás)